

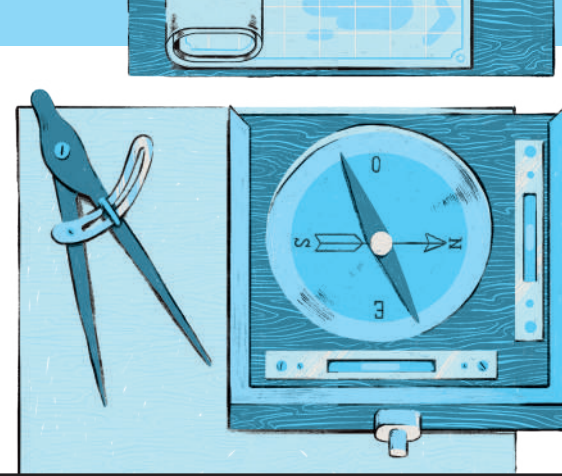
Material para
professores

TERRITÓRIOS EM DISPUTA

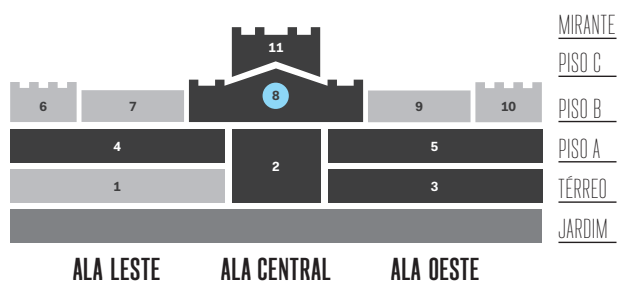
MUSEU
DO IPIRANGA
- USP

Exposição

TERRITÓRIOS EM DISPUTA



LOCALIZAÇÃO NO MUSEU



Eixo 1 ● Para Entender o Museu

Eixo 2 ● Para Entender a Sociedade



Sempre que você encontrar esse símbolo na ficha técnica das obras, significa que essa é uma obra tátil.

A exposição *Territórios em disputa* faz parte do eixo "Para entender a sociedade". Ela está localizada no Piso B, na Torre Central e conta com a curadoria de Jorge Pimentel Cintra, curadoria adjunta de Paulo César Garcez Marins e assistência de Angélica Brito Silva e José Rogério Beier. A exposição apresenta uma das coleções mais antigas do Museu Paulista-USP: objetos produzidos entre os séculos 16 e 19 feitos em pedra. Há também mapas e instrumentos de navegação, que registram a formação do território brasileiro a partir da colonização portuguesa.

A curadoria propõe a compreensão desse processo a partir das disputas entre diferentes agentes: exploradores europeus, religiosos católicos e diferentes grupos indígenas. A partir dos objetos, discute as formas de **conquista**, **divisão** e **posse** dos territórios que hoje chamamos de Brasil.

A exposição também conta com recursos multimídia que exploram temas como o surgimento das primeiras vilas, a invasão e colonização dos territórios indígenas e as estratégias de divisão, ocupação e registro do território por meio da cartografia.

Neste livreto, vamos refletir também sobre a atualidade das disputas em torno das demarcações de terras indígenas. Notícias de jornais das últimas décadas, por exemplo, indicam como esses conflitos põem em risco a sobrevivência desses grupos.

CARTOGRAFIA EUROPEIA

O que é **território** para você? O território com contornos e limites é uma construção histórica, produto da ação humana. Para além das fronteiras naturais, a fronteira política é sempre uma linha abstrata e convencionada, que costuma ser mapeada, com maior ou menor precisão. Tal como os animais se apropriam da natureza definindo territórios, as sociedades apropriam-se do espaço, percorrendo-o, conhecendo-o, nomeando-o e mapeando-o.

A **cartografia** é a ciência que produz e estuda os mapas. Ela foi criada pelos gregos para ser um instrumento de desenho do mundo e permitiu a delimitação de fronteiras por meio do traçado de inúmeras linhas divisórias imaginárias, ou materializadas em campo através de acidentes naturais como rios ou divisores de água, ou mesmo por meio de marcos e, em alguns casos, de muros, cercas ou outros artefatos humanos.

Essa transposição do tridimensional do espaço para o registro no plano bidimensional é uma interpretação e construção gráfica. Mapas são uma forma de **representação** de como os europeus enxergavam e pretendiam dividir o mundo. Eles também são ferramentas para a conquista e posse de terras, na medida em que colocam símbolos dessa nação dentro do território, ou simplesmente escrevendo o nome do país.

Você consegue interpretar um mapa produzido em outro país? Apesar do idioma diferente isso é possível, por conta das convenções criadas para a produção de mapas.

No século 16, cada cartógrafo desenvolvia uma linguagem própria, com molduras, vegetações e tipos de letra que se pareciam em todos os seus mapas e permitiam a identificação da autoria mesmo sem assinatura. Ainda assim, algumas convenções já eram compartilhadas, como, por exemplo, o registro obrigatório de rosa dos ventos, quando se representavam os oceanos.

Vejam o mapa *Terra Brasilis*, de 1519, criado por Lopo Homem com auxílio dos cartógrafos Pedro e Jorge Reinel, e do iluminador Antonio de Holanda. Iluminador seria entendido hoje como um ilustrador, responsável pela elaboração dos desenhos do mapa. Foi um presente do rei português D. Manuel ao rei da França, Francisco I, e faz parte do Atlas Miller. Este presente tinha a intenção de reforçar simbolicamente a posse portuguesa de grande porção do território hoje brasileiro; não trazia a linha de Tordesilhas, mas através de símbolos cartográficos mostrava a disputa dos territórios entre as coroas portuguesa e espanhola, já que na prática o traçado de mapas não impedia as invasões e lutas com outros europeus.

Observe o mapa a seguir.

1



 **Terra Brasilis.** Lopo Homem, Pedro Reinel, Jorge Reinel e Antonio de Holanda, 1519, Acervo Biblioteca Nacional da França.

Os **indígenas** são representados de forma exótica, como parte integrante da **natureza**, em consonância com a descrição destas pessoas como "selvagens e crudelíssimas", que por sua vez está relacionada a expressão que segue essas palavras na mesma frase: alimenta-se de carne humana, prática que era particularmente chocante para a população europeia da época. Alguns portam cocares e tangas, representação que lança as bases da construção imagética estabelecida no período colonial e que permanece como **estereótipo** até hoje.

A natureza é apresentada por meio de **animais** como papagaios, araras, macacos e abundante **vegetação**, representada pela árvore de pau-brasil, sua extração e transporte. O comércio do pau-brasil foi a principal atividade econômica desenvolvida até cerca de 1530, quando o processo de ocupação do território tornou-se uma prioridade da Coroa portuguesa motivada pelas invasões de outros reinos europeus, principalmente os franceses, que comercializavam com os indígenas.

As duas bandeiras portuguesas são uma forma de reivindicar para Portugal a soberania sobre a vasta zona representada. As naus e caravelas, com essas mesmas bandeiras, também estão no mapa para reforçar o domínio dos portugueses sobre essas águas.

2

Você identifica as rosas dos ventos? Que tipo de desenho o mapa apresenta? Qual a importância das cores para a representação dos elementos nele representados? Há ornamentos? Em que parte do mapa estão localizados os registros escritos?

Para começar a desenhar, o cartógrafo precisava geometrizar a carta. Desenhando as linhas que unem os quatro cantos, ele podia determinar o ponto de encontro no centro do mapa, e desenhar aí a rosa dos ventos central: esta situa-se exatamente no meio do mapa e é quase imperceptível, está entre as sílabas: C L I e M A nas proximidades da costa do Brasil. Essa rosa define as orientações, podendo ter 16 ou 32 direções. Quantas rosas você identifica no mapa? Há quatro mais visíveis, que também constituem um elemento decorativo. Mas há outras 12 rosas dos ventos, quase imperceptíveis, que estabelecem uma geometria invisível no mapa. Veja o traçado desta geometria em destaque na imagem ao lado.

Com as direções desenhadas, por meio das rosas dos ventos dispostas ao longo do mapa, o cartógrafo podia começar o desenho, tendo como base distâncias previamente fornecidas. Esses dados eram obtidos por meio das medições feitas durante as navegações, e a sua coleta dependia de instrumentos como o astrolábio, a bússola e a estimativa das distâncias percorridas, observando a força do vento e a posição dos astros, em particular o sol, sempre que se estivesse abaixo da linha do Equador. Cada nova viagem permitia que mais dados fossem coletados. Nas viagens era comum ter nos barcos vários mapas, compassos e réguas, pois conforme novos dados eram coletados, novos registros eram transferidos para o papel, promovendo uma constante atualização desses mapas.

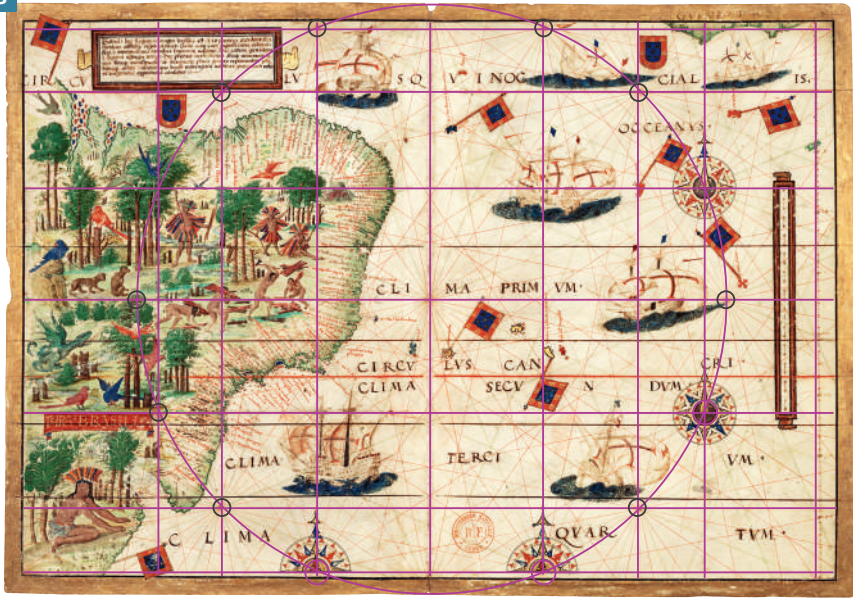
No topo do Terra Brasilis há uma legenda, característica da cartografia portuguesa do século 16:

Esta carta é da grande região do Brasil e do lado ocidental situam-se as Antilhas do Rei de Castela. Quanto à sua gente, é de cor negra. Selvagem e crudelíssima, alimenta-se de carne humana. Este mesmo povo emprega, de modo notável, o arco e as flechas. Aqui [há] papagaios multicores e outras inúmeras aves e feras monstruosas. E encontram-se muitos gêneros de macacos e nasce em grande quantidade a árvore que, chamada brasil, é considerada apropriada para tingir o vestuário com a cor púrpura.



Terra Brasilis. Destaque para as rosas dos ventos artísticas.

3



Terra Brasilis. Traçado da geometria invisível do mapa.

Vejam agora outra carta, de 1720. O mapa-múndi de Guillaume Delisle (1675-1726) foi produzido dois séculos depois do Terra Brasilis. Que diferenças podemos perceber entre eles? O mapa-múndi é ornamentado? Possui elementos artísticos?

Ele não contém representações de vegetação ou pessoas, e se aproxima muito mais do que conhecemos hoje como mapa político, em que os territórios são bem demarcados fazendo uso das cores.

Ainda assim, o título do mapa é apresentado em uma faixa estilizada, que faz parte de um escudo contendo figuras humanas, as quais representam alegorias dos quatro continentes. Vemos também que as cores são utilizadas de forma diferente nos dois mapas.

No Terra Brasilis, as cores são usadas para enfatizar o colorido das figuras desenhadas no interior do mapa, já no mapa-múndi as cores são mobilizadas como recurso para visualização de fronteiras e dos próprios países, já que o colorido não é só das linhas, mas das áreas interiores.

A partir do século 18, a cartografia minimizou a presença de elementos figurativos priorizando traçados geométricos e os elementos naturais que eram conhecidos e podiam ser representados no mapa em função de sua escala.

Observamos a progressiva passagem de um tipo de representação mais figurativa para um outro cada vez mais **abstrato, utilizando símbolos e convenções**. Esses símbolos foram criados pouco a pouco, e a natureza passou a ser representada por meio de ícones ou símbolos gráficos. Essa esquematização simbólica levou à uniformização das convenções, tornando-se inteligíveis em diferentes partes da Europa.

A diferença entre estes explica-se por escolhas culturais, concepções de mundo, estado do conhecimento científico e convenções cartográficas próprias de cada período, procurando-se, no entanto, criar uma linguagem gráfica inteligível para o maior número de pessoas que consultavam os mapas, já que a principal função dos mapas é comunicar informações sobre a geografia física e humana.



Mappe monde a l'usage du roy (Mapa mundi para uso do rei francês), Guillaume Delisle, 1720. Acervo Library of Congress.

INSTRUMENTOS DE NAVEGAÇÃO

A elaboração dos mapas contou com a **exatidão** que era **possível** no contexto em que foram elaborados, a partir dos instrumentos e tecnologias disponíveis. Hoje, com a ajuda de satélites artificiais, computadores e outros recursos de geoprocessamento, os instrumentos são diferentes daqueles disponíveis nos últimos séculos. Tais instrumentos, resultam na revisão dos mapas e inclusão de informações mais precisas.

Quais foram os instrumentos utilizados pelos cartógrafos do período das Grandes Navegações?

Você reconhece esse objeto?



Compasso. Metal, Século 20. 

Presente também na escola nas aulas de geometria, o **compasso** era um instrumento imprescindível no estojo de desenho dos cartógrafos do século 16.

Em viagens, cada caravela levava várias **cartas de marear**, ou seja, mapas que auxiliavam a navegação. Sobre elas, os novos dados levantados durante o percurso eram registrados com a ajuda de um compasso, utilizando uma escala estabelecida. Usado hoje para desenhar arcos e circunferências, na época eram usados para marcar um segmento numa reta com comprimento igual a outro segmento dado.

Esse compasso integra a coleção do Museu Paulista-USP e faz parte do conjunto de ferramentas do Instituto Borges de Artes e Ofícios de Itu, fundado em 1924. Era usado em aulas de marcenaria e carpintaria. O seu design é muito semelhante àqueles

mobilizados pelos cartógrafos do século 16, assim como os que eram utilizados até muito recentemente por professores, engenheiros, projetistas, entre outros, com a diferença de que na época as pontas eram secas, isto é, não se utilizava grafite nem tinta e, portanto, não desenhavam círculos, mediam distâncias e ajudavam a definir pontos sobre o mapa, dividir ângulos e outras funções semelhantes. O compasso apresentado é de ponta seca. Com o advento dos programas de desenho feito por computador, o compasso caiu em desuso, permanecendo, no entanto, seu uso didático para ensinar a desenhar círculos, dividir ângulos e segmentos, medir distância por comparação e outros.

Outro instrumento essencial ao trabalho dos cartógrafos era o **astrolábio**. Utilizado nas navegações, o astrolábio servia para **medir a altura dos astros** acima do horizonte, o que permitia o cálculo da **latitude**, feito pela observação e medida da altura do sol ou estrelas.

Podiam ser feitos em madeira ou metal e eram utilizados pelos navegadores em conjunto com uma tabela que fornecia a posição do sol no céu ao meio dia. Com uma conta simples, eles calculavam a distância em graus até a linha do Equador, que corresponde à latitude do lugar. Esse processo era aplicado em viagens pelo hemisfério sul, onde a estrela polar, utilizada como referência no hemisfério norte, não é visível.

Por sua vez, a **bússola**, também conhecida como **agulha de marear**, era utilizada pelos navegadores e cartógrafos, sendo fundamental nas Grandes Navegações por ser sua principal ferramenta de orientação geográfica. Você sabe como ela funciona? Elas são compostas por uma estrutura transparente, chamada



 Astrolábio. Metal, Século 19.

de cápsula, dentro da qual há uma agulha metálica. Na cápsula, estão demarcados os pontos cardeais e colaterais, em referência às rosas dos ventos. A agulha fica equilibrada sobre um eixo vertical (ponta), o que lhe confere movimento livre. Essa agulha é **magnetizada**, o que a faz apontar sempre para o polo norte magnético. Isso ocorre em razão do campo magnético da terra, fazendo-a funcionar como um grande ímã atraindo a agulha magnetizada da bússola. A direção medida denomina-se magnética, pois tem como origem o norte magnético, que atualmente está se deslocando do Canadá para a Sibéria.

Esta bússola da coleção do Museu, pertencia ao aviador Santos Dummont (1873 - 1932) e tem a mesma lógica de funcionamento. Os GPS (Sistema de Posicionamento Global, na sigla em inglês) contemporâneos, conhecidos também como "bússolas modernas", fornecem a posição de pontos e, através de cálculos, fornece o norte verdadeiro e também a direção verdadeira, isto é, com relação ao norte verdadeiro e não com relação ao magnético.



 Bússola. Madeira, e metal, Século 19.

O tema da coexistência de tecnologias também é apresentado nos livretos das exposições *Mundos do trabalho e Casas e coisas*.

POR QUE O MUSEU GUARDA OBJETOS DO SÉCULO 16?

A presença de objetos de pedra do século 16 na coleção do Museu pode causar estranhamento, uma vez que as suas coleções são compostas, em sua grande maioria, por itens dos séculos 19 e 20. Como se deu a entrada destes objetos na instituição?

A instalação de **marcos** de pedra era uma prática das antigas expedições portuguesas no período colonial para sinalizar a **posse** do território. Um destes marcos é o de Cananeia, estabelecido possivelmente pela primeira expedição exploradora da costa brasileira no início do século 16.

Outro marco foi instalado no mesmo período na atual cidade de Touros, no Rio Grande do Norte. Repare na fotografia: há marcações esculpidas na pedra. Você identifica uma cruz? Seguindo os padrões de posse do século 16, um marco era formado por uma coluna de pedra de lioz, uma espécie de mármore, que ostentava a Cruz da Ordem de Cristo e escudos portugueses, indicando quem detinha a posse da terra.

O marco de Touros, ainda que desgastado nas bordas laterais, encontra-se quase completo em altura, diferentemente do de Cananéia. Além disso, os marcos tinham pedras suplementares que ajudavam a mantê-lo em pé.

Vejam a fotografia.



Marco de Touros. Pedra, Século 16, Acervo Museu Câmara Cascudo.

Bem ao centro, no primeiro patamar da escadaria do Museu, foi alocada uma pedra que ajudava a sustentar o Marco de Cananeia que se encontrava na Ilha do Cardoso. Este complemento do marco foi doado ao Museu do Ipiranga pela câmara municipal desta cidade litorânea em 1917 e posicionado no centro da escadaria em 1930 pelo então diretor da instituição, Afonso Taunay, que foi quem negociou a vinda dessa peça. As outras partes do Marco de Cananéia encontram-se no salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro, sendo muito parecido com o de Touros.

Na mesma época, Taunay encomendou a produção de retratos de Martim Afonso de Souza, D. João III, João Ramalho e Tibiriçá, para celebrar o início da colonização portuguesa no Brasil, dando destaque ao protagonismo de São Paulo, na ocupação e posse do território.

A presença dos demais objetos de pedra do século 16 na coleção do Museu se explica por motivações semelhantes, reveladoras da leitura que era feita dos “objetos históricos” na primeira metade do século 20.

Os objetos considerados “históricos” eram “antiguidades”, isto é, seus valores eram legitimados pelo tempo transcorrido desde sua produção, o que atestaria a veracidade dos acontecimentos ao qual estiveram vinculados no passado. Outro parâmetro era a origem: quem o tinha possuído, ou a que evento ele estava ligado. Para estar no museu de história, os objetos sempre deviam fazer referência a pessoas ou eventos considerados “históricos” - relacionados,

em geral, a eventos ligados ao processo de colonização europeia

É o caso do marco de Cananeia, que se associa a expedições exploradoras, a Martim Afonso de Souza e à ocupação do território pelos portugueses. O conceito de território é fundamental para entender a escadaria monumental, estando em sintonia com as pinturas que apresentam as capitânicas que se desmembraram de São Paulo. Para Afonso Taunay, essa pedra representava uma “reliquia preciosa”, mesmo sendo apenas um suporte lateral para ele, sem gravações que o identificavam como um instrumento da posse portuguesa do território.

Hoje, a compreensão da curadoria do Museu a respeito dos objetos é diferente, de forma que não há mais o caráter celebrativo derivado da associação a “grandes homens” ou grandes feitos. Os objetos são observados como parte da **cultura material**, por meio dos quais se podem coletar informações e promover reflexões sobre a sociedade que os produziu.

No livreto da exposição *Uma história do Brasil* você pode conhecer o projeto de Afonso Taunay para o Museu do Ipiranga.

No livreto *Para entender o Museu* é apresentado o trabalho no Museu hoje a partir da cultura material.



Museu Paulista, escadaria nobre, 1ª patamar – Tenente [apoio] do Marco de Cananeia e ânforas de vidro em pedestais metálicos laterais, Fotografia, Sem autoria, 1930.

OCUPAÇÃO, POSSE E DIVISÃO DO TERRITÓRIO PELOS COLONIZADORES

Portugal e Espanha foram os primeiros reinos europeus a se lançarem ao mar na busca por novas rotas comerciais. À medida em que as embarcações alcançavam territórios até então desconhecidos pela Europa, iniciaram-se as negociações entre os dois reinos, com o objetivo de dividirem e atuarem em regiões estratégicas reservadas para cada país e cessassem as guerras entre eles.

Nessas negociações, eram firmados **acordos diplomáticos**, como o Tratado de Tordesilhas (1494), que buscavam fixar a posse de terras conhecidas e por conhecer. Porém, a precisão na demarcação de meridianos no território era imprecisa no século 16, de forma que as definições estabelecidas por Tordesilhas ficaram, em grande medida, restritas ao seu desenho nos mapas, que por sua vez também eram imprecisos. Por isso a posição da linha de Tordesilhas era um **motivo de disputas** entre os dois reinos.

BORA REFLETIR?



UMA HISTÓRIA DE AMOR E FÚRIA (2013)

Que tal conferir um filme sobre um episódio do período colonial para refletir acerca da continuidade de disputas violentas na história do Brasil? A animação brasileira *Uma história de amor e fúria* (2013), dirigida por Luiz Bolognesi, narra um episódio de confronto entre europeus pelo domínio do território do atual Rio de Janeiro. A história é contada do ponto de vista de um tupinambá, o protagonista Abeguar. No enredo, seu povo aceita aliar-se aos franceses, saindo da Baía de Guanabara, para lutar contra os tupiniquins, aliados dos portugueses, em Bertioga. Após uma primeira vitória, são atacados por mar pelos portugueses. O confronto dizima a aldeia de Abeguar, além de derrotar os franceses. A narrativa do filme continua, apresentando outros momentos da história do Brasil, como a Balaiada e a repressão da Ditadura Militar, e nos ajuda a perceber o conflito e a violência como uma característica constante na trajetória brasileira. É possível assistir ao filme gratuitamente na internet.

A divisão promovida pelas monarquias ibéricas provocou reações de outras que não reconheceram os tratados, como França, Holanda e Inglaterra. Esses países também passaram a ocupar e explorar o território que viria a ser o Brasil. Estas ocupações foram marcadas por **conflitos bélicos** e busca pelo apoio de grupos indígenas.

O mapa de Guillaume Delisle, produzido mais de duzentos anos após a assinatura do tratado, determinou com boa precisão a posição do meridiano de Tordesilhas. Além disso, esse cartógrafo denunciou que a Coroa portuguesa havia invadido terras que estariam na porção destinada à Coroa espanhola, segundo esse tratado, e na área ocupada de fato pela França na região da Guiana, levantando mais um questionamento diplomático em relação à partilha das terras do novo continente.

A porção da América atribuída a Portugal pelo Tratado de Tordesilhas foi dividida em **capitanias hereditárias**, criadas pelo rei D. João III (1502-1557) como um sistema para viabilizar a colonização. Consistia na concessão de terras a um donatário, que ficava responsável pelo financiamento do empreendimento.

Os limites de cada capitania eram definidos em documentos e raramente desenhados em mapas, mas a posse dos espaços era garantida efetivamente pela ocupação e cultivo da terra, e sinalizada por meio dos marcos.

A carta de doação garantia a posse hereditária da capitania, proibia a sua venda e concedia o título de Capitão-mor ao donatário. Já o foral fixava as jurisdições e tributos que caberiam a cada um, além dos deveres como a criação de vilas e a distribuição de terras em sesmarias, visando a exploração da terra por particulares.

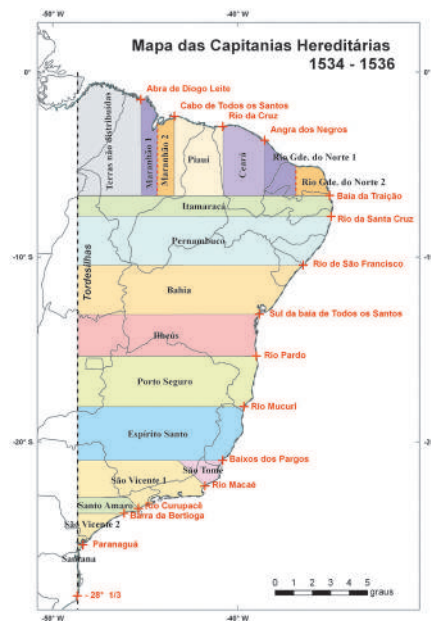
O livreto *Passados imaginados* propõe reflexões sobre como a posse do território foi representada nas pinturas produzidas na virada do século 19 para o século 20.

PROFISSÕES NO MUSEU: ENGENHEIRO CARTÓGRAFO



O engenheiro cartógrafo é um profissional que elabora mapas com instrumentos de medição, cálculos e registros. Esse ofício estava presente nas cortes europeias que colonizaram as Américas, para o desenho e posse das novas terras, mediante a divulgação de mapas em que eram apresentadas como portuguesas, castelhanas ou de outras nações.

Até hoje, alguns engenheiros da cartografia estudam e produzem mapas, como o curador da exposição Jorge Pimentel Cintra. Suas pesquisas propõem um novo mapa para as capitanias hereditárias. Cintra traçou as linhas segundo as cartas originais de doação emitidas pelo rei português D. João III aos donatários das capitanias, assim como outros profissionais haviam feito antes, mas sem estudar em profundidade os originais nem estudar outros mapas da época. Assim, sua proposta é diferente do desenho que se popularizou nos livros didáticos durante o século 20. Ele leu os originais das cartas de doação e propôs um desenho com linhas nas posições definidas nesses documentos. Além disso, consultou mapas e documentos antigos, e dispôs de novas tecnologias como programas de cartografia digital para realizar medições sobre os mapas antigos. O desenho do novo mapa é inovador porque propõe, em consonância com as cartas de doação originais, que as divisas das capitanias do norte do território devem ser traçadas com linhas verticais, e não horizontais. Além disso, ainda de acordo com os documentos originais, constatou e desenhou as capitanias do sul com linhas correndo para noroeste. A atuação de um engenheiro em um museu de história possibilita uma construção de conhecimento que alia ciências exatas e humanas.



Mapa das Capitanias Hereditárias 1534 - 1536.
Jorge Pimentel, Cintra, 2013.

O povoado de São Vicente foi o primeiro a ser elevado à categoria de vila no Brasil, por Martim Afonso de Sousa, em 1532.

As vilas tinham um conselho, formado normalmente, por juiz, vereador e fiscal, que decidia sobre a sua organização e governava a vila.

Na praça principal era instalado um **pelourinho**, que tinha um caráter simbólico. Na exposição *Territórios em disputa* você pode conhecer um exemplar deste objeto.

Os pelourinhos apresentavam uma estrutura vertical, geralmente construída em pedra, que representava o poder das autoridades e a aplicação da justiça aos moradores da vila. Nas proximidades eram instaladas a Casa da Câmara, com a Cadeia, e a igreja matriz.

Devido a sua centralidade, o pelourinho era o espaço de **anúncios** a respeito da gestão da vila.

Era também o local da aplicação de **penas físicas**, como os açoites. Estes atos de violência física funcionavam como punição e também como aviso a quem cometesse delitos.

No início da colonização, eram castigados majoritariamente os indígenas. A **escravização** dessas populações foi uma das bases do estabelecimento do sistema colonial.

No século 16, havia legislação no império português e documentos papais que proibiam a escravização, porém os colonos conseguiam burlar as proibições, explorando a mão-de-obra indígena mobilizada para o trabalho no cultivo agrícola.

Posteriormente, a escravização de africanos foi estabelecida e expandida, de forma legalizada. O pelourinho passou a ser utilizado com maior intensidade, tornando-se um símbolo da violência que marcou o longo período de escravidão no Brasil. Esta violência também atingiu os mestiços indígenas e outras pessoas mais pobres.

Outro instrumento de violência empregado no período foi o suplício da força, que suplantou o pelourinho em termos de violência e injustiça e sua utilização adentrou bastante o século 19.

MUSEU EM TRANSFORMAÇÃO



A presença do pelourinho na exposição quer chamar a atenção para o aspecto de ser um símbolo do estabelecimento da lei portuguesa, da ordem, da justiça e do poder da câmara, que atendia às reivindicações populares e distribuía terras nas vizinhanças da vila. Mas chama também a atenção para a violência que incidia principal-

mente sobre a mão de obra escravizada, que foi um pilar do desenvolvimento da colonização portuguesa. É um contraponto importante às obras de arte da decoração interna do Museu, elaboradas nos anos 1920 e 1930, que propunham uma narrativa pacífica a respeito do processo de construção do território brasileiro.

Dentro da capitania o capitão-mor distribuía **sesmarias**, que podiam variar de uma a várias léguas em quadra, assemelhando-se ao que chamamos hoje de latifúndio. Os limites das sesmarias, pouco definidos nos documentos, podiam gerar conflitos entre vizinhos, e por isso buscava-se materializar os limites da área por meio de marcos de pedra.

Vejamos este **marco de sesmaria** encontrado na região de Santos. Repare que a inscrição feita nele é diferente daquela presente no marco de Touros, pois o de sesmaria refere-se à posse por parte de particulares, enquanto o de Touros representa a posse da coroa de Portugal. Numa das faces planas da pedra do marco de sesmaria, era gravada a marca do dono. Essa marca era utilizada também para identificar bovinos e cavalos, diferenciando-os dos animais de outros proprietários.

Com o passar do tempo, uma vez distribuídas as terras mais próximas, as sesmarias eram estabelecidas em pontos cada vez mais afastados. Estes núcleos podiam desenvolver-se até ganhar independência, sendo então elevados à categoria de vila. Uma vez criada, a nova vila deixava de depender da vila originária e passava a ter o seu pelourinho e a sua própria administração.

Esta forma de divisão e posse dos territórios competia ao capitão-mor da capitania, que distribuía terras não ocupadas pelos indígenas nem por outras pessoas. Mas na gênese do processo encontram-se as guerras entre portugueses e indígenas, que provocaram a fuga para o interior no continente. A ação dos bandeirantes provocou mortes, escravidão, desagregação de famílias, destruição de civilizações e abandono das terras.

O processo complexo consistia na **invasão** de terras para escravização de indígenas. Isso não aconteceu sem **resistência**, manifestada em conflitos diretos, como guerras, fugas e rebeliões. A resistência também foi cultural, por meio da apropriação e releitura de tradições dos colonizadores, o que possibilitou a manutenção de algumas práticas culturais tradicionais das populações indígenas. A cultura indígena também permaneceu através da toponímia, registrada em diversos mapas escolhidos para a exposição.



 **Marco de sesmaria.**
Pedra, Século 19.

Você pode saber mais sobre a arquitetura do edifício e seu processo de restauro no livreto *Para entender o Museu*.

ARQUITETURA EM TRANSFORMAÇÃO



À esquerda da escadaria monumental destaca-se o pelourinho feito em pedra, e à direita a verga da Matriz de São Vicente, ambos do século 16.

Observe a fotografia antiga. Nessa época, o pelourinho e a verga da Matriz de São Vicente estavam posicionados no Térreo do Museu, junto às bases da escadaria principal. Os demais objetos líticos da coleção também estavam expostos neste espaço. Estes itens sempre foram mantidos no térreo, em diferentes arranjos expositivos. Isso acontecia porque, devido ao material que os constitui, estes artefatos são muito pesados, dificultando o transporte dos objetos entre um andar e outro.

Além disso, na época, talvez considerasse arriscado posicionar esses objetos nos andares superiores, mas junto com a reforma para o bicentenário, foram feitos cálculos pelos engenheiros responsáveis pela obra de modernização do edifício e concluiu-se que a estrutura aguentaria a carga com reforços localizados na base dos objetos mais pesados.

Para a montagem desse objeto em exposição, durante muitos anos foi adotada uma estratégia que acabava indicando uma ordem errada de seus elementos. Na exposição atual foi possível reconstituir a ordem correta dos fragmentos em função do desenvolvimento de um suporte expositivo especial em metal.


IGREJA E CONQUISTA ESPIRITUAL

Em razão de um acordo com a **Igreja Católica**, Portugal tinha o compromisso de difundir sua fé. Por isso, com o apoio da Coroa portuguesa, a Igreja criou dioceses e dividiu o território em paróquias, representadas pela igreja matriz, que se tornou o centro da vida religiosa e social da vila e seus habitantes. A primeira paróquia estabelecida no Brasil foi a de São Vicente, cuja igreja foi erguida em 1532 a pedido de Martim Afonso de Sousa.

Vejamos o objeto fotografado na imagem. Trata-se de uma verga, uma peça estrutural arquitetônica que situa-se sobre uma porta ou janela. Ela é importante para a distribuição de cargas e tensões. Repare que há uma inscrição. O que está gravado nesta estrutura?

Há uma data: 1559. Nesta ocasião, a matriz de São Vicente foi reconstruída, em razão da destruição da primeira igreja por um maremoto. Nela vemos o nome do responsável pela obra de 1559: Pedro Colaço, procurador da Câmara de São Vicente. No século 18 a igreja foi demolida para a construção de um novo templo no mesmo local. Com a demolição, a verga se perdeu e foi redescoberta somente em 1880, após escavações realizadas no entorno da matriz. Em 1917, foi doada ao Museu do Ipiranga.



 Verga da porta da igreja matriz de São Vicente, 1559, Pedra.

O registro dessas informações em pedras era comum no século 16, e segue sendo uma prática: nas obras públicas contemporâneas, encontramos placas posicionadas em locais visíveis em que se inscrevem a data e o governo responsável pela obra.

Além da edificação de igrejas, era compromisso da Coroa portuguesa a **expansão da fé católica** entre os nativos das terras que fossem ocupadas. Para isso, a colonização servia-se dos religiosos, principalmente dos jesuítas, que promoveram a conversão dos indígenas, por meio da catequese e do estabelecimento de missões.

A conversão ao catolicismo tem como símbolo o batismo, ato realizado publicamente que significa a admissão da pessoa à comunidade da Igreja Católica. Com a criação das primeiras vilas e da catequese, as igrejas e capelas passaram a contar com objetos usados na liturgia católica, geralmente fabricados por artífices locais.

É o caso da pia batismal do aldeamento jesuítico de São João Batista, que ficava localizada em Peruíbe, litoral sul paulista.

Ainda que o batismo tenha o papel simbólico, para os jesuítas a conversão se dava em um processo longo. Para eles, as ações evangelizadoras deveriam se dar sobretudo em espaços abertos.

A **administração** ou tutela das populações indígenas pelos padres jesuítas gerou **conflitos** com os colonos, que discordavam sobre a liberdade e as diferentes formas do **trabalho indígena**, sobre o gerenciamento dos aldeamentos e o modo de integração



 Pia batismal, Pedra, Século 16.

dos nativos à sociedade colonial. O poder de administração foi conferido aos colonos que passaram a praticar a escravidão, servindo-se dessa mão de obra.

Objetos como a pia batismal nos lembram que, no Brasil, o processo de conquista e colonização do território foi indissociável das atividades de conversão religiosa dos povos nativos, entendidas como parte de um mesmo movimento de suposto "progresso" civilizacional. Esse movimento minimizou práticas europeias violentas, tais quais a guerra e o extermínio de grupos indígenas que se opunham ao processo de colonização.

A pia batismal foi doada ao Museu pelo pintor Benedito Calixto, no início do século 20. O aceite de tal doação se deu em função de sua "antiguidade". É importante considerar que, no século 20, seguia em vigor o pensamento de que os indígenas precisavam ser incorporados à sociedade nos moldes ocidentais e com valores cristãos. A própria pia foi incorporada às coleções do Museu por estar associada ao processo de colonização, do qual a conversão religiosa faz parte.

CONHECIMENTOS INDÍGENAS SOBRE O TERRITÓRIO

Muito antes da chegada dos europeus, os diferentes povos que habitavam os territórios que hoje chamamos de América já produziam conhecimento a respeito dos lugares pelos quais circulavam. O registro e a transmissão das habilidades e saberes produzidos pelos povos indígenas se davam por formas diferentes daquelas desenvolvidas pelos europeus.

Vejam um trecho de uma carta escrita pelo jesuíta Fernão Cardim em 1584, a respeito dos indígenas. Em sua descrição, ele não especifica a que grupo se refere.

Veem sobremaneira, porque à légua enxergam qualquer coisa, e da mesma maneira ouvem; atinam muito; regendo-se pelo sol, vão a todas as partes que querem, duzentas e trezentas léguas, por matos espessos sem errar ponto, andam muito, e sempre, de galope, e principalmente com cargas, nenhum a cavalo os pode alcançar: são grandes pescadores e nadadores, nem temem mar, nem ondas, e aturam um dia e noite andando, e o mesmo fazem remando e às vezes sem comer.

CARDIM, F. 2009 (1980), p. 92

Outro religioso, o capuchinho Yves d'Évreux, registrou sua observação a respeito dos tupinambás com quem conviveu no Maranhão.

Quanto à memória eles a possuem muito feliz, porque lembram-se sempre do que viram e ouviram com todas as circunstâncias do lugar, de tempo, das pessoas, quando o caso se disse ou se executou, fazendo uma geografia ou descrição natural com a ponta dos seus dedos na areia, do que estão contando.

ÉVREUX, 2009 (1929), p. 93

Os relatos dos religiosos nos aproximam do que podemos chamar de “**cartografia indígena**”, isto é, um acervo de informações espaciais, construído pela **memória** e enraizado, principalmente, nos **sentidos** e transmitida de geração em geração. Nesta cartografia, as direções espaciais (norte, sul, leste e oeste) são simplificadas e até mesmo ignoradas, porque a chave de leitura não se fixa em pontos localizados no espaço, mas traça um padrão contínuo de uma geografia a outra, como se fosse uma narrativa.

Este conhecimento era consolidado na experiência, nos sentidos, na tradição e na memória, e perpetuado por meio de transmissão oral e gestual. Tinha por característica uma percepção polissêmica do espaço, ou seja, atribuía a ele múltiplos significados.

A aproximação à narrativa implica que não houvesse desenho cartográfico? Como aponta o relato do capuchinho, é o contrário: o desenho faz parte da narrativa. Nesta cartografia indígena, havia uma grande preocupação com a forma e a representação do espaço, feita em desenhos, bidimensionais ou tridimensionais, impressos sobre múltiplos suportes: areia, cipó, entre outros. Eram registradas em detalhes características da geografia e da topografia dos territórios, como o tamanho das montanhas, as formas dos lagos, as curvas, pedras e correntes dos rios, os locais de caça e de pesca, a classificação das plantas, a localização de aldeias indígenas etc.

Por que não temos preservada essa cultura material? É interessante notar que cartografias eram produzidas em materiais orgânicos, de rápida decomposição. Outro aspecto que podemos levantar é que, enquanto parte de uma narrativa, o desenho sempre poderia ser refeito por aquele que domina os conhecimentos. A necessidade de registro opera por uma lógica diferente daquela que motiva um europeu a produzir um mapa. A projeção cartográfica existe, mas o enraizamento do conhecimento se dá na memória e nos sentidos.

O convívio entre colonos portugueses e populações indígenas era intenso, como vimos, fosse pela imposição de trabalho, fosse em função das relações de parentesco que eram firmadas. Dessa aproximação, derivou uma progressiva decodificação dos territórios e saberes indígenas, incentivada pelas autoridades portuguesas com o intuito de garantir o domínio dos habitantes e de suas terras.

TRILHAS E CAMINHOS INDÍGENAS



Peabiru é o nome atribuído para um conjunto de caminhos indígenas que partem da região sul e sudeste do atual território brasileiro e que conecta o oceano Atlântico ao Pacífico por meio terrestre. Por meio dessas trilhas acontecia uma intensa circulação de produtos e indivíduos, sobretudo de povos tupi-guarani.

A palavra Peabiru é de origem tupi e é formada a partir da junção dos vocábulos “pe” que significa caminho, mais “abiru” cuja tradução seria algo próximo de “grama amassada”. Esses caminhos foram traçados pelos povos originários com o objetivo de facilitar os deslocamentos para a obtenção de melhores terrenos para o cultivo agrícola, para as migrações que eram constantes e para a promoção da interação entre as aldeias e os distintos povos que ocupavam esses territórios.

Essas trilhas foram abertas levando em consideração a vegetação e as características do relevo de cada trecho para assim facilitar a sua manutenção e a sua circulação a pé, o que demonstra um profundo conhecimento e apropriação sobre estes territórios.

Os três ramais principais do Peabiru partiam de locais próximos às atuais cidades de São Vicente, Cananeia e Florianópolis, permitindo o contato entre as populações do litoral com as do interior. Essas localidades foram pontos estratégicos para a implementação das primeiras vilas no período colonial, de onde partiam expedições de conquista e exploração do território. Pelo Peabiru era possível alcançar a foz do Rio da Prata e os atuais territórios da Bolívia e Peru, indicando sua integração a essa grande rede de caminhos andinos.

É importante destacar que muitas das estradas e grandes avenidas da atualidade são na verdade trechos desses antigos caminhos indígenas, cujo traçado está marcado na nossa geografia e paisagem cultural.



Representação digital dos caminhos do Peabiru. Estúdio Preto e Branco. 2022.

As técnicas e estratégias transmitidas pelos nativos aos colonos, especialmente paulistas, viabilizaram as sistemáticas expedições pelo território, então chamado de “sertão”. Nessas empreitadas coloniais, os conhecimentos dos povos indígenas foram imprescindíveis não somente por fornecer informações detalhadas sobre a topografia e a geografia, como também pelos saberes necessários à elaboração de mapas, esboços, técnicas de representação e orientação nos caminhos terrestres e fluviais do território.

Além de quais caminhos percorrer, era importante garantir a sobrevivência durante a travessia. Então, era fundamental conhecer os tempos de seca e chuva de cada região, para garantir uma viagem segura. Outro exemplo seria a questão da alimentação durante as expedições, que podiam durar meses - frutas que poderiam ser consumidas, os locais em que deveriam ser preparados com roças de mandioca, para se garantir que na expedição haveria um ponto para o reabastecimento de alimento.

COLEÇÕES INDÍGENAS NO MUSEU DO IPIRANGA



O Museu do Ipiranga foi criado enquanto um museu de história natural, ou seja, possuía itens associados a várias ciências. Ao longo do século 20, o Museu especializou-se na disciplina de História, e parte de suas coleções foram transferidas para outras instituições. Você pode saber mais sobre esse processo no livreto da exposição **Para entender o Museu**. As últimas coleções a serem transferidas para outro museu foram as de Etnologia e Arqueologia, em 1989. Elas contam com muitos itens da cultura material de diferentes povos indígenas do Brasil e hoje pertencem ao Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. Esta transferência nos convida a refletir: por que, no Brasil, as pesquisas a respeito das populações indígenas são mais comuns nas áreas de Arqueologia, Etnologia e Antropologia do que nas de História?

LONGEVIDADE DAS INVASÕES

A ameaça à manutenção das terras e modos de vida indígenas não se encerrou com o fim da colonização, e segue sendo uma realidade até hoje. O texto da Constituição Federal, promulgada em 1988, apresenta avanço importante, porque é contrário à lógica de assimilação das populações indígenas, estabelecida pela colonização portuguesa e que tinha por objetivo seu desaparecimento, enquanto civilização.

Ainda assim, a demarcação das terras indígenas, prevista pelo texto da lei, segue sendo um desafio para o Brasil, assim como o respeito às terras já demarcadas. Isso acontece, entre outras razões, em função das limitações da lei, marcada por uma visão europeiz

zada da posse da terra. O artigo 1º, por exemplo, presuppõe a habitação em “caráter permanente”, o que exclui o hábito de migração que caracteriza muitos povos indígenas, e não considera a situação de outros, que foram expulsos de seus territórios originários.

Veja as manchetes a seguir. Repare que foram produzidas por diferentes veículos de imprensa desde os anos 1980. Mesmo com as mudanças de governo e as transformações vivenciadas pelo jornalismo brasileiro ao longo dos anos, verificamos que o tema das terras indígenas segue sendo um ponto de conflito. As manchetes denunciam que a violência e o desrespeito aos povos indígenas, seus territórios e modos de vida são legados da colonização para o Brasil contemporâneo.

cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, ad referendum do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou

Denunciada a invasão da reserva ianomani

Da sucursal de
BRASÍLIA

A invasão de garimpeiros na área que será interditada pelo governo na fronteira do Brasil com a Venezuela para os índios ianomani tem prosseguimento, segundo denúncia feita pela Comissão de Criação do Parque Ianomani. Na serra do Uritana, foi descoberto recentemente um garimpo de diamantes, e somente na primeira quinzena de fevereiro foram presos pela Polícia Militar 50 garimpeiros. Estes garimpeiros estão deslocaando-se da área de Santa Rosa, onde continuam trabalhando 1.500 outros, apesar da proibição oficial de garimpagem na área habitada por milhares de índios, ainda sem contato com a civilização.

A Comissão de Apoio ao Parque acusa o atual governador de Roraima, Ottomar Souza Pinto, de estar incentivando a reabertura do garimpo na área indígena, especialmente a partir deste ano, com a proximidade das eleições.

“Oficialmente — afirma a Comissão — o governador está-se opondo à reabertura do garimpo na serra de Surucucu, mas as pessoas ligadas ao Ministério do Interior sabem que ele é favorável à reabertura do garimpo.”

O garimpo de Santa Rosa — prossegue a denúncia — está servindo de trampolim para que os garimpeiros atinjam áreas ainda não exploradas nos rios Uricacá e Uricocera. Daí a urgência da abertura de um posto de fiscalização no encontro dos rios Erico com Colmin, para controlar a entrada de estranhos na área Norte do Parque.

A comissão informou que vários índios já morreram em consequência dos contatos indiscriminados com as frentes de garimpo. Na missão Meva, no rio Pailmitu, morreram nas últimas semanas duas crianças atingidas por uma doença intestinal, e o mesmo surto de coqueluche que vitimou dezenas de índios de Roraima, no ano passado, está atingindo, agora, índios ianomani no Estado do Amazonas, no rio Araçá, uma área de difícil acesso.

O Estado de São Paulo, 06/03/1982.

no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

§ 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé.

Constituição Federal, promulgada em 1988.

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente,

SÃO PAULO

Cresce invasão de reserva

Quinze dias após o decreto do Governo Fernando Henrique Cardoso que permite contestações em demarcações de terras indígenas, aumentou em todo o País o número de invasões de áreas já demarcadas para índios.

As invasões atingiram áreas ocupadas por índios tembés, no Pará; kaingang, no Paraná; munducuru, no Amazonas; e suruis, em Rondônia. As áreas superam 5 milhões de hectares. "O decreto estimulou essas invasões", disse Lídia Luz, da Comissão Pró-Índio. "Ficou mais fácil invadir e depois contestar a posse da terra junto ao Governo."

Jornal do Commercio, 24/01/1996.

QUESTÃO INDÍGENA

CACIQUE É MORTO A TIROS

O cacique Maquéns Deusmar Ferreira Saquirabiara, 38 anos, conhecido como Damião, foi assassinado com três tiros em frente à lanchonete da rodoviária de Pimenta Bueno, a 500km de Porto Velho. A polícia investiga a ligação da morte com garimpo de ouro e retirada ilegal de madeira na reserva dos Maquéns, em Alta Floresta do Oeste, a 680km da capital de Rondônia. Da reserva é retirado mogno e cerejeira. Damião parou sua caminhonete L-200 em frente à rodoviária e foi atingido pelos disparos após sair do carro. Na primeira fase das investigações, a polícia está mostrando às testemunhas fotografias dos inimigos de Damião, todos envolvidos com garimpo e madeireiros.

Correio Brasiliense, 24/06/2006.

Ataques a indígenas munduruku escancaram avanço do garimpo ilegal

O professor Pedro Luiz Côrtes explica que os principais impactos da prática ilegal do garimpo aparecem ambiental e socialmente

Atualidades / Jornal da USP no Ar / Jornal da USP no Ar 1ª edição / Rádio USP - <https://jornal.usp.br/?p=420365>

28/05/2021 - Publicado há 1 ano ⌚ Atualizado: 02/06/2022 as 17:54

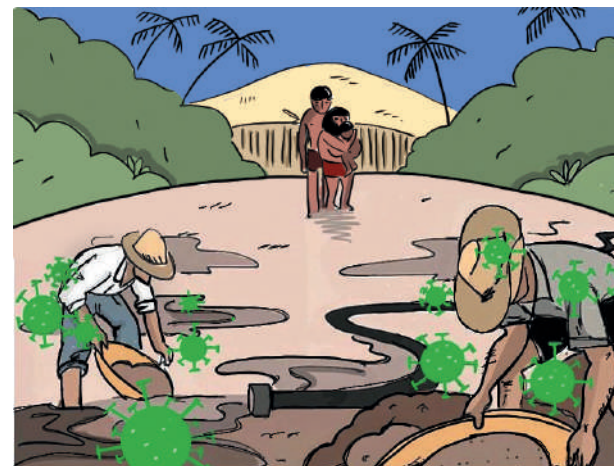


Garimpo ilegal na terra indígena munduruku, município de Jacareacanga - Foto: Marizilda Cruppe/Amazônia Real

Jornal da USP, 28/05/2021.

BORA REFLETIR?**INVASÃO DE TERRITÓRIOS INDÍGENAS DURANTE A PANDEMIA**

Observe o desenho do artista e cientista político Matheus Ribs. Ele foi produzido em 2020 para representar a contaminação do povo Yanomami pela covid-19. Seria possível imaginar representações semelhantes para outros períodos da história do Brasil? A invasão de territórios indígenas ameaça a sobrevivência destes povos desde o início da colonização pelos portugueses. Isso acontece também devido à exposição a diferentes doenças. Esta história ganhou novo capítulo com a pandemia de covid-19, uma vez que o vírus chegou a comunidades afastadas em função do avanço ilegal de atividades de garimpo, mineração e desmatamento em seus territórios. Mais de centenas de indígenas morreram por causa da pandemia, o que é uma grande ameaça para a continuidade das línguas e culturas de diferentes povos.



Fora garimpo. Ilustração, Matheus, Ribs, 2020.

BIBLIOGRAFIA

BREFE, A. C. F. *O Museu Paulista: Affonso de Taunay e a memória nacional*. São Paulo: Editora UNESP: Museu Paulista, 2005.

BUENO, B. P. S. Decifrando mapas: sobre o conceito de “território” e suas vinculações com a cartografia. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 193-234, 2004.

CINTRA, J. P. Reconstruindo o mapa das capitâncias hereditárias. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 11-45, 2013.

CINTRA, J. P.; OLIVEIRA, R. H. ; ALMEIDA FILHO, F. G. V. . A reforma cartográfica de Delisle e seu impacto na Cartografia da América do Sul e do Brasil. *In: 3º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*, 2016, Belo Horizonte. *Anais do 3º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*. Belo Horizonte: CRCH/UFGM, 2016. v. 1. p. 192-201.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e fronteiras*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

KOK, G. Vestígios indígenas na cartografia do sertão da América portuguesa. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 91-109, 2009.

MENESES, U. T. B. de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 9-42, 1994.

SACAGNI, Beatriz Ferreira. *O traço do peabiru: rastros desvelados em paisagens paulistanas*. (Trabalho final de graduação). São Paulo: FAUUSP, 2021.

VILARDAGA, José Carlos. Na bagagem dos peruleros: mercadoria de contrabando e o caminho proibido de São Paulo ao Paraguai na primeira metade do século XVII. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.25. n.1. p. 127-147. jan.-abril 2017.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Carlos Gilberto Carlotti Junior
Reitor

Maria Arminda do Nascimento Arruda
Vice-reitora

**MUSEU PAULISTA DA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**
Rosaria Ono
Diretora

Amâncio Jorge de Oliveira
Vice-diretor

**FUNDAÇÃO DE APOIO À
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**
Marcilio Alves
Diretor

Silvia Pereira de Castro Casa Nova
Diretora-adjunta

**Catálogo na fonte: Biblioteca do Museu
Paulista da USP (Museu do Ipiranga)**

Museu Paulista da Universidade de São Paulo.

Material para Professores / Isabela Ribeiro de Arruda, Denise Cristina Carminatti Peixoto e Vanessa Costa Ribeiro (org.). — São Paulo: Museu Paulista da Universidade de São Paulo, 2022.

Os conteúdos mobilizados na redação deste volume são de autoria dos curadores da exposição.

9 v. (várias paginações) : il. ; 21 cm
ISBN: 978-65-993063-5-8
eISBN: 978-65-993063-6-5

1. Museus de história – Brasil. 2. Educação em Museus. 3. Museu Paulista da Universidade de São Paulo. 4. Museu do Ipiranga. I. Título. II. Autor.

Elaborada por Hálida Fernandes - CRB-8/7056

EXPOSIÇÕES

COORDENAÇÃO
Vânia Carneiro de Carvalho

VICE COORDENAÇÃO
Paulo César Garcez Marins

GERÊNCIA DE PRODUÇÃO
Cristiane Batista Santana

EXPOSIÇÃO *TERRITÓRIOS EM DISPUTA*

Jorge Pimentel Cintra
Curador

Paulo César Garcez Marins
Curador adjunto

Angélica Brito Silva
Assistente de curadoria

José Rogério Beier
Assistente de curadoria

MATERIAL PARA PROFESSORES

COORDENAÇÃO
Isabela Ribeiro de Arruda
Denise Cristina Carminatti Peixoto
Vanessa Costa Ribeiro

CONCEPÇÃO DO MATERIAL
Laíza Santana Oliveira
Sofia Gonçalves

PESQUISA E PRODUÇÃO DE TEXTOS
Letícia Suárez Victor
Sofia Gonçalves

A ficha técnica completa do Material para Professores está disponível no livreto *Por onde começar?*.

PRONAC 204577; 192589; 190216.

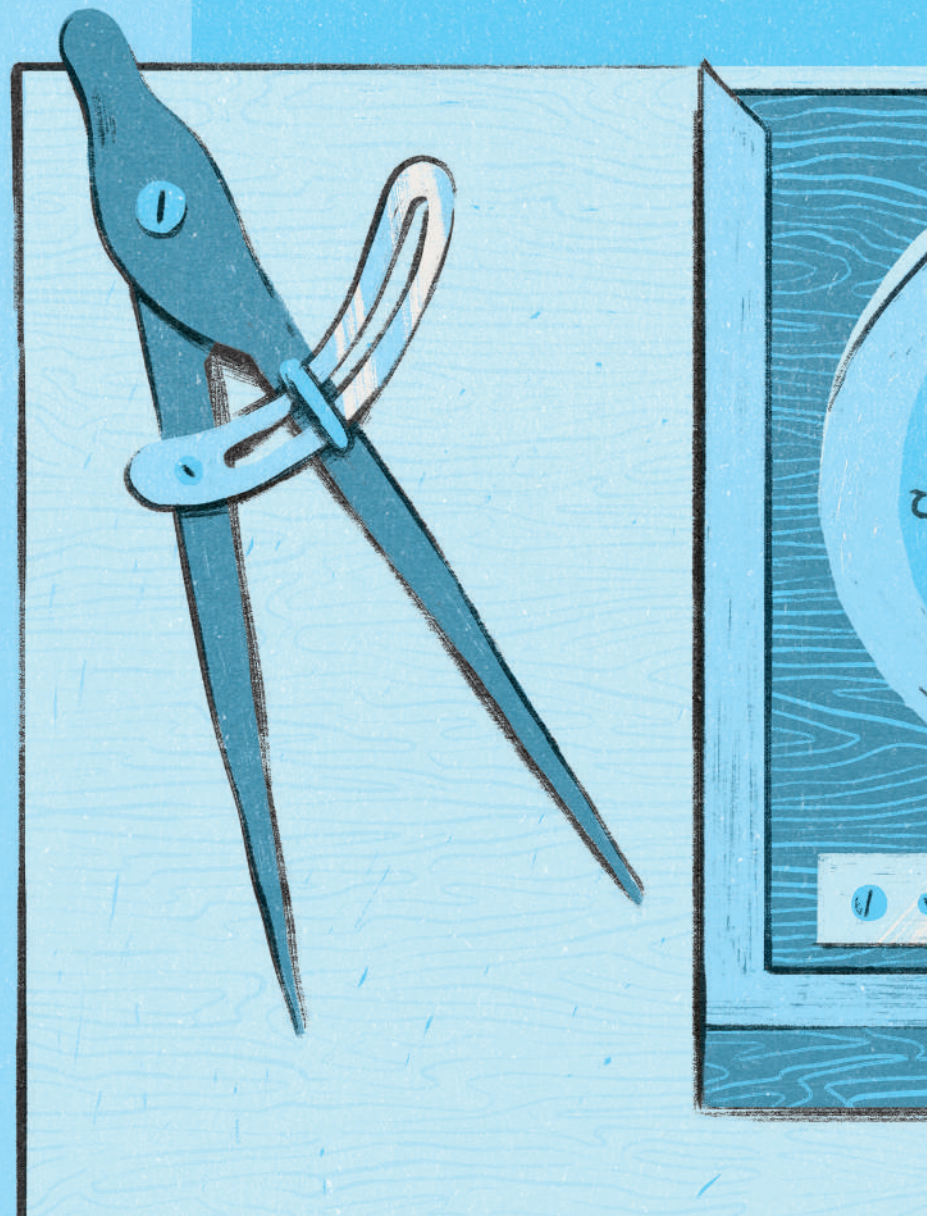


USP

FUSP

SECRETARIA ESPECIAL DA
CULTURA

MINISTÉRIO DO
TURISMO 





CONSTRUÇÃO DE UMA BÚSSOLA

← **ESTA ATIVIDADE É FORMADA PELA SEGUINTE PRANCHA:**
Prancha 1 - Construção de uma bússola

OBJETIVO

Essa atividade tem como objetivo construir uma bússola simples para identificar a posição dos pontos cardeais em relação ao espaço da escola. Para desenvolvê-la, os alunos devem conhecer previamente a rosa dos ventos, com seus pontos cardeais e colaterais, bem como sua função para estabelecer a localização geográfica. É desejável que os alunos também possuam noções sobre magnetismo, como o funcionamento de um ímã.

Para enriquecer a experiência de seus alunos, desenvolva a atividade de forma interdisciplinar. Em História pode-se trabalhar a importância das inovações tecnológicas para as grandes navegações, enquanto na Geografia aborda-se noções de cartografia, os pontos cardeais e sua representação por meio de rosas dos ventos, assim como as diferenças entre norte geográfico e norte magnético. Já nas aulas de Física ou Ciências pode ser explicado o mecanismo de funcionamento da bússola, ao introduzir o fenômeno do magnetismo.

MATERIAIS NECESSÁRIOS

- ▣ agulha
- ▣ ímã
- ▣ vasilha com água
- ▣ rolha de cortiça ou tampinha plástica de garrafa
- ▣ estilete
- ▣ fita adesiva

ETAPA 1

Divida a turma em grupos com 4 ou 5 alunos e peça para cada grupo desenhar um mapa da escola. Os mapas devem indicar diferentes locais da escola, tanto no espaço interno como no externo. Quanto mais distribuídos os locais estiverem no mapa, mais fácil será estabelecer relações de localização entre eles.

ETAPA 2

1. Com o estilete, corte uma fatia da rolha com cerca de 1 centímetro de altura.
2. Para magnetizar a agulha, passe o ímã pela agulha por pelo menos 20 vezes. O ímã deve ser passado sempre com o mesmo polo e sempre no mesmo sentido, sem o movimento de vai e vem.
3. Cole a agulha na rolha com a fita adesiva. Caso opte pela tampinha de garrafa, coloque-a com a abertura para cima e prenda a agulha. Depois desse passo, evite tocar a agulha para que ela não desmagnetize.
4. Com cuidado, posicione a rolha com a agulha no recipiente com água.

A agulha se movimentará até estabilizar, indicando as direções norte e sul. É interessante montar uma bússola sem magnetizar a agulha, para que os alunos percebam diferenças no comportamento do instrumento.

Também é possível comparar a bússola criada com uma industrializada, caso seja possível. Os alunos podem ainda comparar as bússolas produzidas, para observar se elas se comportam de

forma semelhante. É importante ter em mente que a bússola criada por esse método possui pouca precisão. Ela também pode sofrer a ação magnética de equipamentos e objetos férreos ou magnéticos próximos (celular, por exemplo).

ETAPA 3

Leve os alunos a um espaço aberto onde seja possível ver o sol e observar diferentes pontos presentes nos mapas, como o pátio ou jardim da escola.

Peça para os alunos utilizarem a bússola para indicar as direções dos pontos cardeais (norte, sul, leste e oeste) em relação ao espaço da escola.

Para descobrir os pontos cardeais, deve-se observar a agulha e o percurso do sol. A agulha aponta para as direções norte e sul. Para descobrir qual é cada uma, a mão direita deve apontar para o nascente, o leste, e a mão esquerda para o poente, o oeste. A direção à frente corresponde ao norte, enquanto às costas está o sul.

Depois de descobrir as direções, os alunos devem desenhar uma rosa dos ventos no mapa com o posicionamento correto.

Peça para que os alunos apresentem seus mapas para os outros grupos e discutam coletivamente os resultados.

- Os alunos conseguiram realizar o exercício com facilidade? Houve dificuldades?
- Quais foram as dificuldades encontradas? E como foram resolvidas?
- Houve diferenças na identificação das posições dos pontos cardeais?
- Quais fatores podem ter influenciado as diferenças observadas entre os grupos?